



Anais da Assembléia

ANO XI

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1985

N. 148

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 127.^a SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1985.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Fuad Nacli e Edmar Luiz Costa.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - Anibal Khury) Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO,

Regime de Urgência ao
Projeto de Lei Complementar n. 341/85

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 341/85, que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, com vista a consolidar a percepção da gratificação de representação pelos integrantes das carreiras policiais civis, bem como adotar outras providências.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1985

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei n. 342/85, que objetiva alterar redação da tabela de escalonamento vertical de que trata o art. 107, da Lei n. 6417 de 03.07.73 modificada pelas Leis n.s 6839, de 22.11.76, 75.40 de 08.12.81 e 7367 de 10.09.82, que trata da fixação do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1985

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, após ouvido o Plenário, dispensa da votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.^a Discussão, nesta sessão, e que não sofreram emendas nas suas tramitações.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1985

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor MINORO MIYAMOTO, ex-Deputado Federal pelo Paraná.

O ilustre vulto, hoje desaparecido, prestou inestimáveis serviços ao Estado, como parlamentar e, ultimamente, como Chefe do Escritório de Representação do Estado do Paraná, na Capital Federal.

Pela dedicação com que exerceu todas as funções em que se empenhou, deixa um incontável número de amigos que hoje lamentam a sua falta.

Pelos motivos expostos, associando-nos à dor da família enlutada, a qual requeremos que seja dada ciência do presente, propomos o presente voto de pesar, que acreditamos, representar os sentimentos desta Casa e de todo aqueles que com ele conviveram.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1985

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Fuad Nachi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, seja consignado voto de congratulações pelo enfoque jurídico do Jornal Indústria e Comércio que concedeu a distinção "quem é quem" no destaque jurídico SS. ao Juiz de Direito do Interior, Dr. Munir Caran, atualmente titular de uma Vara Cível da Comarca de Maringá.

Munir Caran é jurista conhecido nacionalmente através de inúmeros livros, bem como conferencista em diversos congressos internacionais. É ele um exemplo marcante de cultura jurídica a projetar nosso Estado no âmbito nacional e internacional. Em Maringá sempre foi íntegro e probo no exercício da advocacia, bem como exímio professor de nossos juristas da Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Requer, outrossim, que através do Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Corregedoria Geral da Justiça, respectivamente Srs. Desembargadores Armando Jorge de Oliveira Carneiro e Abrahão Miguel, seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

Projeto de Lei :

PROJETO DE LEI N. 343/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual do Vale do Ivaí, como resultante da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado.

§ 1.º — A Universidade Estadual do Vale do Ivaí terá sua sede na cidade de Apucarana, mantendo cursos nesta cidade.

§ 2.º — O estabelecimento de ensino de que se trata este artigo será organizado em fundação de direito público, e de conformidade com as prescrições das legislações federal, estadual desta lei.

§ 3.º — A denominação oficial da entidade será a de Fundação Universidade Estadual do Vale do Ivaí.

§ 4.º — Concomitantemente com o ato de criação o Poder Executivo decretará a extinção da personalidade individual ou autônoma, de sua entidade mantenedora e se for o caso, de cada estabelecimento de ensino incorporado ou congregado.

Art. 2.º — A entidade terá personalidade jurídica própria, a partir do ato legal de posse do Reitor da Universidade e gozará de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, a qual será exercida na forma da lei e dos estatutos.

Art. 3.º — O Estado designará bens livres e suficientes para a instalação do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado, aqueles para formação do patrimônio básico, este para receita essencial de manutenção da entidade.

Art. 4.º — O pessoal Docente da entidade será organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e desta lei.

Art. 5.º — Todo o pessoal da entidade será contratado de acordo com a legislação trabalhista, fixando os contratos,

em cada caso, o regime de trabalho, sua função, a forma e o montante da remuneração.

Parágrafo Único — Na hipótese de a entidade servir-se de funcionários da administração pública direta deverão estes submeter-se, integralmente, ao regime de trabalho da entidade.

Art. 6.º — A Universidade prestará contas, nos prazos e forma exigidos pela contabilidade pública, perante o órgão próprio do Estado.

Art. 7.º — O patrimônio inicial da entidade, afóra os que o Estado houver por bem destinar, se constituirá:

a) dos móveis, imóveis, equipamentos e instalações do (s) estabelecimento (s) incorporados (s) ou congregado (s), bem assim todos os bens pertencentes à instituição mantenedora, em gozo ou não de personalidade jurídica própria criada pelo Estado;

b) dos saldos dos exercícios financeiros dos estabelecimentos (s) incorporado (s) ou congregado (s) e os da respectiva entidade mantenedora;

c) dos auxílios, doações, legados e outros, oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas ou privadas, relativos aos estabelecimentos incorporado (s) ou congregado (s) e à instituição mantenedora;

Art. 8.º — A receita da entidade se constituirá:

a) dos recursos financeiros globais, para manutenção e desenvolvimento da entidade, fixados em orçamento anual do Estado.

b) auxílio e doações dos municípios ou quaisquer outras pessoas;

c) das rendas patrimoniais;

d) dos rendimentos dos serviços prestados;

e) da contribuição escolar.

Art. 9.º — Os recursos obtidos de anuidade pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas, na forma da recomendação constitucional serão utilizados prioritariamente para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Parágrafo Único — Os recursos provenientes das taxas assistenciais reverterão para esses mesmos fins.

Art. 10 — Para proceder às medidas preliminares de incorporação ou congregação, será constituída uma Comissão Instituidora, e composta de 02 (dois) membros representantes da Congregação do estabelecimento de ensino interessado, à qual competirá:

I — Elaborar, no prazo de trinta (30) dias, anteprojeto de estatutos da entidade e submetê-lo à aprovação de Conselho Estadual de Educação.

II — eleger os nomes que comporão a lista sêxtupla, a ser submetida ao Chefe do Poder Executivo, para nomeação do Reitor e do Vice-Reitor

III — praticar os atos necessários ao seu desempenho os que lhes forem solicitados pelo Poder Executivo.

§ 1.º — O Anteprojeto de estatutos será publicado no Diário Oficial do Estado, e pelas suas disposições se estabelecerá os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades civis, até sua aprovação em definitivo pelo Conselho Estadual e pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2.º — A lista referida no item II deste artigo será apresentada dentro de 15 (quinze) dias contados da publicação dos estatutos, mencionada no parágrafo primeiro.

Art. 11 — Nomeado e empossado o Reitor, fará estes as gestões necessárias à preparação do processo de pedido de autorização ou reconhecimento da entidade ao Presidente da República, na forma de Lei.

Parágrafo Único — Empossado o Reitor extinguir-se-á, automaticamente, a Comissão Instituidora.

Art. 12 — Concedida a autorização ou reconhecimento pelo Governo Federal, serão os estatutos respectivos aprovados em caráter definitivo pelo Chefe do Poder Executivo, ao qual competirá a data da instalação solene da entidade.

Art. 13 — O ato legal da criação e instituição de entidade conterá, entre outros peculiares à organização, funcionamento cronograma de implantação, os seguintes elementos:

I — a denominação oficial da entidade;

II — a declaração de sua forma de fundação e de sua natureza de pessoas jurídicas de direito público, com personalidade e capacidade jurídica próprias;

III — a declaração de gozo de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, nos termos da lei e dos estatutos;

IV — a designação do patrimônio a personalizar;

V — a declaração da extinção das entidades a que se refere o parágrafo quarto do artigo primeiro desta lei;

VI — a nomeação dos membros integrantes da Comissão Instituidora e de seu presidente.

Art. 14 — Tendo em vista suas finalidades e o caráter de utilidade nacional, a entidade entrará em entendimento com os municípios e instituições interessadas no distrito geo-educacional respectivo, a fim de obter auxílios, regalias e facilidades fiscais, e outras formas de cooperação.

Art. 15 — Ficam ressalvados os direitos adquiridos de todo pessoal pertencente aos estabelecimentos de ensino incorporados ou congregados.

Art. 16 — No órgão colegiado deliberativo da Universidade do Vale do Itaipu haverá um representante do Estado, com direito a voto, designado pelo Secretário da Educação.

Art. 17 — As entidades declaradas extintas, nos termos do parágrafo quarto do artigo primeiro desta lei, serão dissolvidas e liquidadas na forma e para fins legais, sob a orientação do Reitor da entidade incorporada ou congregada respectiva.

Art. 18 — Em todo o período de transição do regime de estabelecimentos de ensino isolados para o de Universidade observar-se-á:

I — nenhuma alteração se fará no vigente processo de previsão de recursos financeiros a cada um dos estabelecimentos interessados, até que a implantação do processo seguinte garanta a perfeita normalidade no cumprimento das obrigações financeiras;

II — não se interromperá a atividade letiva dos estabelecimentos de ensino.

Art. 19 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria da Educação no corrente exercício um crédito especial, destinado a cobrir as despesas com execução da presente lei.

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18/12/85.

(a) JORGE MAIA FILHO

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Não havendo leitura de expediente, nem oradores inscritos para o Pequeno, ou para o Grande Expediente, esta Presidência consulta às Lideranças do PDS, PMDB, PDT, Frente Liberal, Partido Comunista Brasileiro, se desejam fazer uso do Horário das Lideranças?

(As Lideranças, consultadas, declinam).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 322/85, que objetiva majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1986, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo Público Civil e Militar do Estado. Aprovado. (Public. no D.A. n. 138, de 04/12/85, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 326/85, que objetiva alterar a Tabela integrante da Lei n. 6361, de 21/12/72, que versa sobre a taxa de saúde, instituída pela Lei n. 5511, de 10/02/67, conforme especifica. Aprovado. (Public. no D.A. n. 139, em 05/12/85, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 169/85, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, objetivando a transferência de recursos e tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa tipo solo-cimento, com destinação que especifica. Aprovado. (Public. no D.A. n. 122 de 11/11/85, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 170/85, que aprova Convênios celebrados em 12/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios mencionados com a participação da COMEC, objetivando a execução e implementação de atividade constantes do "III PROJETO EBTU/BIRD, subprojeto PROPAV", que visa a implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes públicos. Aprovado. (Public. no D.A. n. 135, de 02/12/85, Mensagem).

4.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 244/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 184/85), que objetiva alterar dispositivos da Lei n. 7297, de 08/01/80 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná) e adotar outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. COM EMENDAS DE 3.ª DISCUSSÃO.

Em votação o projeto e emendas. Em votação a Emenda de n. 01. Aprovada.

Emenda de n. 02. Aprovada.

O Projeto irá à Comissão de Redação.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 334/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 228/85), que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamento externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 104.000.000 (cento e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) de forma a complementar recursos necessários dos serviços da Dívida Externa do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 335/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 229/85) que visa autorizar

o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A., com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 336/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 230/85), que institui, na forma do inciso III do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil, acrescentado pelo art. 2º da Emenda Constitucional 27, de 28/11/85, o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Em discussão o projeto e emendas.

Em votação a Emenda de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n. 06, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

O Projeto irá à Comissão de Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 337/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 231/85), que objetiva alterar a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 5º, da Lei n. 6.568, de 24/06/74, alterados pelas Leis n. 6.888, de 06/07/77 e 7.229, de 24/10/79, a fim de elevar para 17.500.000 UPCs, o limite autorizativo para o Poder Executivo contrair empréstimos e conceder garantias, no âmbito do Plano Nacional da Habitação Popular - PLANHAP/PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 340/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 238/85) que autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 30.000.000.000 (trinta bilhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual do Departamento de Estradas de Rodagem DER, destinado a cobrir despesas com obras e instalações COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa,

requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 341/85, que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n. 14 de 26 de maio de 1982, com vista a consolidar a percepção da gratificação de representação pelos integrantes das carreiras policiais civis, bem como adotar outras providências. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei n. 342/85, que objetiva alterar redação da tabela de escalonamento vertical de que trata o art. 107, da Lei n. 6417 de 03 de julho de 1973, modificada pelas Leis n. 6839 de 22 de novembro de 1976, 7540 de 08 de dezembro de 1981 e 7367 de 10 de setembro de 1982, que trata da fixação do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo enfoque jurídico do Jornal Indústria e Comércio, que concedeu a distinção "quem é quem" no destaque jurídico 85 ao Juiz de Direito do interior Doutor Munir Caran, atualmente titular de uma Vara Cível da Comarca de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Minoru Miyamoto, ex-Deputado Federal pelo Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente solicitando dispensa da votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3ª Discussão, nesta Sessão, e que não sofreram emendas nas suas tramitações. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, a hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 285/85

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 340/85

1ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n. 341 e 342/85.

Levanta-se a sessão.